



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2024.

Susta, de forma parcial, efeitos de dispositivos da Resolução no 6.033, de 21 de dezembro de 2023, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros, sob o regime de autorização.

Autor: Deputado RODRIGO VALADARES

Relator: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA

VOTO EM SEPARADO (DEPUTADO ZÉ TROVÃO)

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo que susta de forma parcial os efeitos da Resolução nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que regulamenta a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros sob o regime de autorização.

Na justificativa do projeto, o autor, Deputado Rodrigo Valadares, explica que a Resolução nº 6.033/2023 introduz mecanismos que dificultam a entrada de novos operadores no mercado de transporte rodoviário interestadual, criando barreiras que, na prática, restauram práticas do antigo regime de permissão. Entre esses mecanismos estão: as "janelas de abertura" anuais para novos pedidos de outorga e processos de seleção por sorteio, mesmo em mercados não atendidos, e a introdução





de uma fórmula para calcular inviabilidade econômica das linhas que acaba por proteger as empresas já atuantes no setor.

O autor argumenta que esses dispositivos contrariam os princípios de livre concorrência e democratização do acesso ao transporte, estabelecidos pelas Leis nº 12.996/2014 e nº 14.298/2022, e pelo Decreto nº 10.157/2019.

A matéria foi distribuída às Comissões de Viação e Transportes – CVT e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, estando sujeita à deliberação do Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Decreto Legislativo nº 304/2024 visa sustar parcialmente a Resolução nº 6.033/2023 da ANTT, que impõe barreiras significativas à entrada de novos operadores no mercado de transporte rodoviário interestadual, criando um ambiente de concorrência restrita e prejudicando a democratização do acesso ao transporte.

A Lei nº 10.233/2001, que reestrutura os transportes aquaviário e terrestre, em seu art. 11, estabelece princípios fundamentais para o gerenciamento da infraestrutura e a operação desses modais. Entre esses princípios, destacam-se a garantia de liberdade de escolha para os usuários quanto à forma de locomoção e aos meios de transporte mais adequados às suas necessidades, bem como a ampliação da competitividade do país no mercado internacional.

O art. 43 dessa legislação reafirma o regime de autorização para a prestação do serviço de transporte terrestre. Essa autorização, conforme as diretrizes estabelecidas, independe de licitação e é exercida em um ambiente de livre e aberta competição, com liberdade de preços, tarifas e fretes. Já o art. 47-B, conforme a redação dada pela Lei nº 14.298/2022, reforça que não haverá limite para o número de





autorizações para o serviço regular de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, salvo no caso de inviabilidade técnica, operacional e econômica.

De maneira semelhante, o Decreto nº 10.157/2019 estabelece princípios e diretrizes para a regulação do transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, visando promover a concorrência e garantir a segurança dos passageiros. O art. 2º define princípios como a livre concorrência, a liberdade de preços, itinerário e frequência, a defesa do consumidor e a redução do custo regulatório. O texto fixa que a especificação de requisitos mínimos deve guiar-se exclusivamente pela preservação da segurança dos passageiros, da via e dos terminais.

Observa-se que o art. 3º do referido Decreto estabelece que não haverá limite para o número de autorizações para o serviço, exceto na hipótese de inviabilidade operacional. Adicionalmente, proíbe a criação de reservas de mercado e barreiras à entrada de novos competidores. Estabelece ainda que, na realização de processos seletivos, quando necessário, não será adotado qualquer critério que configure vantagem competitiva a operadores em razão de sua atuação prévia.

Assim, a análise dos dispositivos a serem sustados evidencia que os indicadores utilizados para definir a classificação e a eficiência do mercado priorizam a sustentabilidade das linhas, definindo de antemão as rotas que devem ter maior ou menor competição, limitando a concorrência entre as empresas, e por consequência impactando a população devido a preços mais altos e falta de alternativa. Esses critérios, baseados em um período de menor competição, tornam a inviabilidade econômica a regra, ao invés de uma exceção, desvirtuando o princípio de não imposição de limites ao número de autorizações. Destaca-se que a resolução favorece as transportadoras estabelecidas, isentando-as de processos seletivos, o que contraria os princípios de concorrência justa e acesso democrático ao transporte.

De igual forma, a "janela de abertura" anual para novos pedidos de outorga e os processos de seleção por sorteio limitam a competição e restauram práticas anacrônicas de um regime de permissão, contrariando a legislação vigente que visa promover um mercado competitivo e democratizar o acesso ao transporte. Ao instituir essas medidas, a agência excedeu seu poder regulamentar.

Portanto, sustar os dispositivos mencionados da Resolução nº 6.033/2023 é essencial para corrigir as distorções introduzidas, garantindo que a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Zé Trovão - PL/SC

regulamentação do transporte rodoviário interestadual de passageiros favoreça a concorrência, melhore a qualidade dos serviços e amplie o acesso da população a esse meio de transporte.

Em face das ilegalidades expostas e considerando que a abertura do mercado à entrada de concorrentes é benéfica, promovendo a universalização do serviço e diversificando as opções para os usuários, que podem escolher entre ônibus mais baratos ou serviços de maior qualidade, além de que a concorrência tende a aumentar a qualidade do serviço, incentivando investimentos em padrões de excelência, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 304/2024.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ZÉ TROVÃO

Apresentação: 09/12/2025 20:30:44.147 - CVT
VTS 1 CVT => PDL 304/2024

VTS n.1



Câmara dos Deputados Anexo IV, Gabinete 921 CEP 70.160-900 - Brasília/DF
Fones: (61) 3215-5921 / 3215-3921 dep.zetrovao@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259543953700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Trovão

